

O consenso das elites partidárias e o eleitor: O caso do candidato único a prefeito de Gentil (RS)

Cláudio Júnior Damin

Resumo

O artigo aborda o fenômeno da candidatura única a prefeito e analisa o caso do consenso na eleição de 2012 no município de Gentil (RS). Utilizando os resultados de uma pesquisa de opinião pública realizada entre os eleitores locais, o objetivo é investigar a percepção sobre a experiência. A partir de testes estatísticos, busca-se responder à seguinte indagação: quais fatores contribuem para a opinião de desaprovação dos eleitores em relação à falta de competição na disputa pelo poder local? O estudo conclui que a opinião de desaprovação do consenso pode ser explicada através da atitude dos eleitores em votar em branco, nulo ou de não terem ido votar, sua expectativa não positiva de um novo governo do prefeito que buscava a reeleição e do fato dos eleitores terem menos de 60 anos e serem simpatizantes do PP.

Palavras-chaves: Separadas por: eleição municipal; candidatura única; competição eleitoral; participação eleitoral; Rio Grande do Sul

Sobre os autores

Mestre e doutor em Ciência Política pela UFRGS

Abstract

The article deals with the phenomenon of the single candidacy for mayor and analyzes the case of consensus in the 2012 election in the municipality of Gentil (RS). Using the results of a poll conducted among local voters, the objective is to investigate the perception of the experience. Based on statistical tests, the aim is to answer the following question: what factors contribute to voters' disapproval of the lack of competition in the dispute for local power? The study concludes that the consensus opinion of disapproval can be explained by the attitude of voters in voting blank, null or not having gone to vote, their non-positive expectation of a new government of the incumbent and the fact that voters be under 60 years old and support the PP, a political party.

Keywords: local election; single candidacy; electoral competition; electoral participation; Rio Grande do Sul

Artigo recebido em 01 de maio 2023 e aprovado pelo Conselho Editorial em 28 de junho de 2023.

Introdução

As candidaturas únicas a prefeito são fenômenos possíveis, porém pouco típicos no sistema político brasileiro. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nos últimos quatro pleitos locais, entre 2008 e 2020, ocorreram 456 experiências de candidatos únicos, o que perfaz uma média de 114 municípios por eleição. O estado que se destaca nesses eventos é o Rio Grande do Sul, contribuindo em média com 25% dos registros nacionais. Em termos comparativos, demonstrando a excepcionalidade do fenômeno, a cada eleição ele se manifesta em apenas 2% de todos os municípios do país.

Na Ciência Política brasileira, a falta de competição eleitoral ao nível local tem sido objeto de estudo apenas mais recentemente. O caso do Rio Grande do Sul, que concentra o maior número de municípios sem competição eleitoral, foi abordado por Damin (2012) enquanto que o de São Paulo foi analisado por Martins e Karbaay (2020). Estudos quantitativos sobre o fenômeno ao nível nacional, englobando todas as unidades da federação, foram realizados por Damin, Rebello e Martins (2015), Macedo (2019) e mais recentemente na tese de doutorado de Martins (2021).

O presente artigo insere-se precisamente nessa agenda de pesquisas sobre a candidatura única a prefeito no Brasil, diferenciando-se por realizar um estudo de caso. Trata-se da análise do consenso

na eleição de 2012 no município de Gentil, localizado no estado do Rio Grande do Sul. Utilizando os resultados de uma pesquisa de opinião pública realizada entre os eleitores locais, o objetivo é investigar a percepção sobre a experiência, particularmente em relação a sua desaprovação. A partir de testes estatísticos, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: quais fatores contribuem para a opinião de desaprovação dos eleitores em relação à falta de competição na disputa pelo poder local?

O artigo está dividido em três partes básicas. Na primeira delas traçamos as características básicas das eleições locais em Gentil desde sua primeira disputa em 1992, em que foi registrada apenas uma candidatura, até a de 2012. Na segunda parte abordamos a pesquisa de opinião pública realizada no município e que avalia a percepção dos cidadãos sobre a decisão das elites partidárias locais de unirem-se e lançar apenas um candidato à reeleição. Nesta seção são também realizados os testes estatísticos, com apresentação de correlações e regressão logística com os fatores que levaram a uma maior rejeição do consenso. Na última parte realizamos as considerações finais sobre os achados de nosso estudo de caso.

Eleições municipais em Gentil (RS): antecedentes e lógica partidária

Gentil é um município de porte pequeno localizado na região Norte do Rio Grande do Sul, e cuja principal atividade econômica é a agricultura. Sua população estimada é de 1.619 (2021), possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal considerado alto (0,733) e renda per capita de R\$ 77 mil. Distrito de Marau, tornou-se município em janeiro de 1992 na esteira da frenética criação de novos entes locais pós-Constituição de 1988 (Tomio, 2005).

A primeira eleição para prefeito ocorreu em outubro de 1992, momento em que se registrou a primeira experiência de candidatura única a prefeito na cidade. O líder emancipacionista e sacerdote Hélio Schuster (PMDB), concorreu sem qualquer outro concorrente. A candidatura de Schuster foi construída a partir da união dos três partidos formados no início do município: PMDB, PDS (atual PP) e PDT. Era comum que as principais lideranças vinculadas à Comissão Emancipacionista, na primeira eleição após a desvinculação do município-mãe, fossem escolhidas como candidatos a prefeito, com ou sem competição.

Com o consenso das elites partidárias estabelecidos, e em uma conjuntura de recém-emancipação em que ainda não estavam formadas as cisões de lideranças que viriam a surgir no futuro, o peemedebista foi eleito com 80,7% dos votos; houve, ainda, 18,6% de brancos e apenas 0,7% anularam seu sufrágio. O fato de oito entre dez eleitores terem sufragado no candidato único tende a revelar a forte liderança exercida pelo sacerdote, que foi um dos principais responsáveis pela mobilização da comunidade para sua emancipação político-administrativa de Marau.

Na eleição municipal de 1996, contudo, uma nova candidatura única a prefeito não se estabeleceu. Esse, aliás, é um fenômeno recorrente entre os municípios que fazem consenso, ou seja, resgataram a competição partidária no pleito subsequente (Damin, 2012). A prefeitura foi mantida por um quadro do PMDB, que venceu a eleição com 51,8% dos votos contra 46% do candidato do PPB (atual PP), sendo que votos em branco ou nulo foram bem reduzidos.

Na terceira eleição municipal de Gentil, em 2000, o PPB assumiu a prefeitura obtendo 49,3% dos votos. O PDT, que pela primeira vez lançara candidato próprio na eleição ao Executivo, saiu derrotado com 45,2%. Votos em branco perfizeram 2% e os nulos 3,5%, sendo que a abstenção aumentou um pouco em relação a 1996, indo a 7,5%.

Em 2004 há uma nova mudança de comando de partido na prefeitura, com o PDT vencendo o pleito daquele ano com 54,1% dos votos. A diferença em relação ao segundo colocado foi elevada, já que o candidato do PMDB angariou apenas 41,9% do apoio do eleitorado local. Essa primeira tentativa de o PMDB retornar à prefeitura acabou sendo frustrada.

A eleição de 2008, contudo, viria a marcar uma nova vitória do PMDB, com 50,6% dos votos contra 47% da candidatura do PDT. Nessa eleição a abstenção e os votos em branco e nulos foram baixos, conforme ilustra a Tabela I. Foi eleito para governar Gentil o candidato Vanderlei que, em 2012, se consagraria, em uma disputa eleitoral, como o único candidato a prefeito.

Em 2012 Vanderlei reelege-se com 58% dos votos. Trata-se, como pode ser notado, de um patamar bem abaixo dos 80,7% conquistados por Schuster na primeira eleição municipal. Essa diferença é explicada devido aos altos percentuais de votos em branco (30,3%) e nulos (11,7%) observados em 2012. Vanderlei

foi, assim, mais rejeitado pelos moradores do que o primeiro candidato único. Vale observar que 2012 demarca vinte anos da criação do município, ou seja, pelo menos cinco eleições municipais já haviam sido travadas, e muitas delas bem competitivas. O ponto a ser assinalado aqui é o de que na conjuntura de 2012 já estão presentes os típicos ressentimentos de eleições passadas que se verificam em municípios do interior gaúcho. Isso, sem dúvida, pode ter impactado para uma vitória menor em termos quantitativos na comparação com a primeira experiência de candidatura única a prefeito em 1992, quando a comunidade estava unida em prol do ponta-pé-inicial do município.

Tabela I – Partidos vencedores e derrotados nas eleições municipais de Gentil (1992-2012)						
	1992	1996	2000	2004	2008	2012
Candidatura vencedora	80,7% (PMDB)	51,8% (PMDB)	49,3% (PPB)	54,1% (PDT)	50,6% (PMDB)	58% (PMDB)
Candidatura derrotada	-	46% (PPB)	45,2% (PDT)	41,9% (PMDB)	47% (PDT)	-
Votos em branco	18,6%	0,9%	2%	1%	1,6%	30,3%
Votos nulos	0,7%	1,3%	3,5%	3%	0,8%	11,7%
Abstenção	Sem dados	6,2%	7,5%	2,2%	2,2%	8,5%

Fonte: TSE e elaboração própria.

A dinâmica dos pleitos em Gentil indica um protagonismo de três partidos: PMDB, PP e PDT, em um sistema de revezamento destas forças políticas. Oliveira (2018, p. 117) destaca que o sistema partidário do Rio Grande do Sul, mesmo com a ampliação da fragmentação partidária na década de 1990, caracteriza-se pela “concentração eleitoral em quatro agremiações: PMDB, PP, PDT e PT”. No caso das prefeituras municipais, até 2012 PP, PMDB e PDT eram as legendas que mais elegiam prefeitos em municípios gaúchos (LARA RIBAS, 2015). O trabalho de Peixoto e Goulart (2014, p. 54), analisando as eleições municipais de 1996 a 2012, por sua vez, diagnosticou que os sistemas partidários locais apresentam “uma enorme estabilidade nas competições para prefeitos”, a despeito de existir um crescimento na competição entre

partidos para as Câmaras de Vereadores. No caso de Gentil, percebe-se uma posição de predominância do PMDB, que esteve à frente da prefeitura em quatro dos seis mandatos da história política do município.

Outro aspecto que pode ser analisado em relação às eleições municipais é a composição das coligações, conforme ilustra a Tabela II. O primeiro diagnóstico é o de que Gentil caracterizava-se, até 2012, por ter poucos partidos estruturados, basicamente o PMDB, PP, PDT, PT, PTB (que apenas aparece na eleição de 1996) e PPS (que se fez presente a partir de 2008). Outra questão a ser salientada é que entre 1996 a 2008, quando não ocorreram candidaturas únicas a prefeito, as coligações são inconstantes com, por exemplo, o PMDB coligando com o PDT e o PP; e o PP coligando com o PDT e PT. E o PDT, por sua vez, também realizando alianças com PMDB e PP. Essa inconstância é interessante e poderíamos assentar que é fator que contribuiu para que fosse possível, em 2012, a construção de uma candidatura única agregando todos os partidos políticos da cidade em um amplo arco ideológico.

Tabela II – Coligações vencedoras e derrotadas nas eleições municipais de Gentil (1992-2012)						
Coligações	1992	1996	2000	2004	2008	2012
Vencedor	PMDB/ PDS/ PDT	PDT/ PMDB	PPB/ PMDB	PDT/ PT/PP	PMDB/ PP	PMDB/PDT/ PP/PT/PPS
Derrotado	-	PPB/PTB	PDT/PT	PMDB	PDT/ PPS/PT	-

Fonte: TSE e elaboração própria.

A partir do modelo proposto e aplicado por Carreirão (2006) para a análise das coligações para o cargo de governador de estado, categorizamos as coligações nas eleições municipais de Gentil desde 1992. O grau de coerência ideológica foi estabelecido como *forte*¹, *médio*² ou *fraco*³. Os partidos participantes foram classificados como sendo de direita (PP e PTB), centro (PMDB) e esquerda (PDT, PT, PPS). Conforme mostra a Tabela III, os resultados indicam que as coligações presentes nestas duas décadas se dividem igualmente entre fortes, médias e fracas do ponto de vista ideológico, com 1/3 cada.

Tabela III – Coerência ideológica das coligações para prefeito de Gentil (1992-2012)			
	Grau de coerência ideológica		
	Forte	Médio	Fraco
1992			1
1996	1	1	
2000	1	1	
2004			1
2008	1	1	
2012			1
Total (N)	3	3	3
Total (%)	33,3%	33,3%	33,3%

Fonte: TSE e elaboração própria.

A maioria das coligações fracas (dois casos) ocorreu justamente nos pleitos de 1992 e 2012 em que a candidatura única foi estabelecida. Quando excetuarmos esses dois casos extremos, verificamos que o restante das coligações se divide em partes iguais entre as coligações médias e fortes. Os dados também indicam que nenhuma coligação considerada como forte do ponto de vista de coerência ideológica conseguiu vencer nas urnas. As únicas vencedoras são as alianças fracas e médias. A união de “puros” ideologicamente falando não apresenta, pois, um retrospecto positivo nas eleições em Gentil.

Diante dessas considerações se poderia dizer que há mesmo um trajeto que fez com que fosse possível a construção, por parte das elites partidárias, de um consenso em relação a uma candidatura a prefeito. Nenhum dos quatro mais fortes partidos do município – PMDB, PP, PDT e PT – em 2012 poderia se dizer “puro” do ponto de vista de alianças, pois como vimos coligações diversas se formaram

¹“Forte: quando a coligação se dá apenas entre partidos situados em um mesmo “campo” do espectro político – esquerda (E), centro (C) ou direita (D). As possibilidades de coligação nesse caso são: D-D; C-C; E-E” (CARREIRÃO, 2006).

²“Médio: quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de esquerda ou com partidos de direita. As possibilidades são: C-D; C-E” (CARREIRÃO, 2006).

³“Fraco: quando a coligação envolver partidos de polos extremos (direita e esquerda). As possibilidades são: D-E; D-C-E14” (CARREIRÃO, 2006).

entre 1996 e 2008. Sem coerência ideológica em seus alinhamentos, os partidos locais sem maiores constrangimentos se uniram em torno do nome do prefeito Vanderlei, do predominante PMDB.

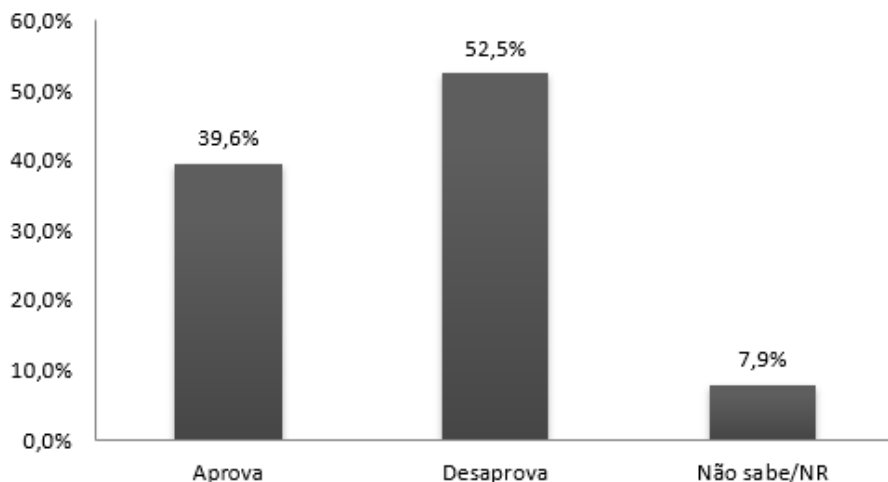
Do ponto de vista das elites, portanto, havia elementos para retoricamente justificar a candidatura única, sendo os principais a reprodução da experiência de 1988, em que a cidade se uniu em torno de um único candidato a prefeito, e o fato de que os partidos, em eleições pretéritas, já haviam se coligado uns com os outros. Em certo sentido se poderia até mesmo dizer que Gentil nasce como uma espécie de “pecado original partidário”, ou seja, com partidos políticos que disputam sua primeira eleição para prefeito juntos, privilegiando o coletivo em aparente detrimento dos interesses de cada agremiação.

A coerência ideológica jamais foi uma marca dos partidos políticos da cidade, e este é um argumento significativo para legitimar a candidatura única. De outro lado, resta saber como o eleitor compreendeu todo esse processo havido na eleição local de 2012 e de como a falta de competição acabou impactando ou não no comportamento do eleitor e em suas preferências.

Os eleitores e o consenso

A pesquisa de opinião pública conduzida em Gentil em dezembro de 2012⁴ diagnosticou uma significativa rejeição dos eleitores em relação ao consenso realizado pelos partidos políticos e que possibilitou a candidatura única a prefeito. Conforme o Gráfico I, 52,5% dos entrevistados desaprovaram o consenso enquanto a aprovação foi de 39,6%. Note-se, preliminarmente, existir uma dissonância entre a decisão tomada pelas elites partidárias e o eleitor que, ao cabo, sofreu as consequências dessa decisão com a inexistência de uma eleição competitiva para prefeito.

⁴Foram aplicados 202 questionários na zona urbana e rural do município de Gentil na segunda quinzena de dezembro de 2012. A pesquisa foi construída a partir de uma amostra representativa dos eleitores do município com cotas de sexo e faixa etária. A margem de erro estimada do levantamento é de 6 pontos percentuais para mais ou para menos

Imagem 7: extrato de atendimento nº 40000100 33726 2018

Fonte: Banco de dados do autor. N=202

Ressalte-se que essa alta desaprovação ao consenso não significou qualquer ameaça para a candidatura única. Em primeiro lugar, porque a legislação eleitoral prevê que em casos de registro único de candidato a prefeito a eleição deste candidato obtém sucesso a partir da maioria dos votos válidos. Com isso, se Vanderlei recebesse apenas um voto, mesmo assim seria proclamado prefeito com 100% dos sufrágios válidos. A reeleição, diante dessas regras, era certa. E, por segundo, conforme os resultados da pesquisa, 35% do grupo que votou em Vanderlei assim agiu do ponto de vista de seu comportamento eleitoral a despeito de desaprovar o consenso; ou seja: votou no candidato único sem concordar com a candidatura única imposta pelas elites partidárias, mas sim por manter laços políticos ou uma avaliação positiva do prefeito e de seus atributos pessoais de imagem.

Do ponto de vista teórico, a decisão sobre o consenso na eleição à prefeitura é de tipo top down em razão do monopólio exercido pelas organizações partidárias no sistema político brasileiro. Na perspectiva de Schumpeter (196, p. 14), os partidos políticos exercem um papel fundamental na democracia representativa e seu objetivo central é “derrotar os demais e assumir ou conservar o

poder” (Schumpeter, 1961, p. 12). A essas organizações, segundo as regras vigentes no Brasil, cabe a apresentação de candidatos que irão disputar a preferência dos eleitores. “[...] Os eleitores se limitam a aceitar essa candidatura de preferência a outras, ou a recusar-se a sufragá-la”, assinala Schumpeter (1961, p.16), ao se referir ao método democrático.

Przeworski (1984, p. 37), por sua vez, destacou que as democracias estão inexoravelmente associadas ao que denominou de “incerteza referenciais”. Isso significa dizer que “numa democracia ninguém pode ter a certeza de que seus interesses serão vencedores em última instância” e que “todos devem submeter seus interesses à competição e à incerteza”. Esse seria o traço que distinguiria regimes democráticos de autoritários.

As candidaturas únicas a prefeito ferem esses princípios pois há a apresentação de apenas uma opção ao eleitor por decisão não dos eleitores - mas das cúpulas partidárias que seguem suas lógicas próprias de conquista e manutenção do poder local -, e que possui chance absoluta de vitória, inexistindo qualquer incerteza quando ao sucesso eleitoral. A soberania da decisão é das instâncias partidárias, a partir de acordos que incluam suas organizações na candidatura única. Trata-se do caso do município de Gentil em que os partidos cumprem com o objetivo básico definido por Downs (1999), a saber, o de conquistar o poder, a partir não da apresentação de candidaturas, mas da formação de uma coligação única na eleição com a garantia de espaços na futura formação do governo.

A desaprovação de mais de 50% dos entrevistados ao consenso revela, em boa medida, a crítica de parte majoritária do eleitorado em relação à decisão das cúpulas partidárias locais em subverter os princípios típicos da democracia representativa e extinguir a competição na eleição para prefeito. Ao mesmo tempo, o comportamento da população na urna conferiu a Vanderlei um percentual próximo a 60% de votos, recebendo o apoio de eleitores que aprovam ou não o consenso. Sem opções disponíveis, muitos gentilenses acabaram por votar no candidato único, mesmo que não concordassem com a decisão feita de cima para baixo.

A partir da constatação da ausência de apoio da maioria dos eleitores da candidatura única, iremos realizar testes estatísticos para determinar os fatores que contribuem para explicar essa desaprovação.

Um primeiro teste inferencial realizado em relação aos dados da

pesquisa foi a verificação das variáveis independentes que estariam correlacionadas com a variável dependente, a saber, a desaprovação do consenso estabelecido entre as elites partidárias em Gentil. O teste de correlação é útil para, além de verificar a associação entre as variáveis, determinar a sua força, se positiva ou negativa.

O teste de correlação (r de Pearson) indicou que sete variáveis apresentaram correlação com significância estatística com nossa variável dependente. Conforme ilustra a Tabela IV, algumas variáveis se destacam por apresentar uma correlação positiva e outras negativas em relação à desaprovação do candidato único a prefeito.

Tabela IV – Correlação entre desaprovação do consenso e características socioeconômicas e políticas dos entrevistados		
Variável	Pearson	Sig.
Expectativa positiva para o 2º mandato do prefeito	-0,532	0,000
Eleitor de Vanderlei	-0,512	0,000
Eleitor branco/nulo/abstenção	0,516	0,000
Aprova governo Vanderlei	-0,441	0,000
É negativo governar sem oposição na Câmara	0,329	0,000
60 anos ou mais	-0,319	0,000
Mulheres	0,156	0,027

Fonte: Elaboração própria.

Destaque-se que correlações moderadas negativas são encontradas entre os eleitores com expectativas positivas em relação à reeleição de Vanderlei (-0,532), entre aqueles que sufragaram no candidato único (-0,512) e que consideram ótimo a sua primeira administração (-0,441), todos com significância estatística. Isso significa dizer que eleitores do prefeito e com uma visão otimista em relação ao seu atual e ao novo governo tendem a ter uma opinião menos negativa do consenso partidário estabelecido no município. Uma correlação moderada positiva, por sua vez, foi encontrada entre os eleitores que votaram em branco, anularam ou se abstiveram (0,516), conferindo maior desaprovação à candidatura única.

Já correlação negativa baixa é identificada em eleitores de 60 anos ou mais (-0,319), indicando que quanto maior a idade, menor

a desaprovação do consenso. E uma correlação positiva baixa é encontrada no grupo de eleitores que acreditam que é negativo que o prefeito governe sem oposição no Legislativo (0,329), mostrando a ligação entre desaprovação do consenso e rejeição ao fim da competição eleitoral, sem a presença em cena de opositores institucionais. Correlação positiva muito baixa, por fim, foi encontrada entre as mulheres (0,156).

Há, em resumo, variáveis de duas ordens que se apresentam correlacionadas com a desaprovação da candidatura única em Gentil. As sociais, que envolvem eleitoras e grupos etários; e as políticas, que incluem o comportamento do eleitor na urna, sua avaliação e expectativa sobre o trabalho administrativo do prefeito Vanderlei e perspectiva sobre o jogo democrático a partir da ausência de oposição política institucional na Câmara de Vereadores.

A correlação consiste, como é sabido, na mensuração de uma relação existente entre duas variáveis, o que significa dizer que há a eliminação da influência de outras variáveis, restringindo a análise sobre o fenômeno estudado. A partir do reconhecimento das variáveis com coeficientes de correlação estatisticamente significativos, iremos proceder a uma regressão logística. Na regressão logística é possível combinar, em um modelo, variáveis preditoras (independentes) de modo a estabelecer o tamanho de sua influência para a consecução da variável dependente.

A variável dependente a ser utilizada será a desaprovação do consenso mensurada pela pesquisa de opinião pública realizada. Definimos, por sua vez, além das sete variáveis independentes que, segundo a matriz de correlação e nossa interpretação, poderiam estar incidindo sobre a variável dependente, uma oitava relativa à identificação partidária que, julgamos, pode contribuir na predição da desaprovação do consenso.

Após serem expostas as variáveis independentes e a variável dependente de nosso modelo de regressão logística, é preciso empreender dois testes estatísticos prévios. Primeiramente, verificamos a significância estatística de cada variável independente a partir do teste do Chi-quadrado para tabelas quádruplas. E, nesse teste, todas as variáveis apresentaram significância estatística.

Após, realizamos a avaliação da existência de multicolinearidade das variáveis do modelo explicativo. Trata-se de um teste prévio necessário, já que conforme Figueiredo Filho et al (2015, p. 9), “a

regressão logística é sensível a problemas de multicolinearidade”, ou seja, a “altos níveis de correlação entre as variáveis independentes”. Cervi (2019, p. 189) também ensina que “quando a regressão conta com mais de uma variável independente e entre elas existem altos coeficientes de correlações cruzadas” apresenta-se um “viés” prejudicial ao teste estatístico, que precisa ter verificado sua existência anteriormente à geração do modelo.

Como nosso modelo se enquadra nesses pressupostos, é preciso diagnosticar a existência ou não de multicolinearidade entre as variáveis, ou seja, correlações excessivas entre elas que, se existentes, precisam ser retiradas da equação. Um dos testes possíveis para diagnosticar essa multicolinearidade chama-se Fator de Inflação da Variância (VIF, em inglês). Conforme Miloca e Conejo (2013, p. 3), “quanto maior for o fator de inflação da variância, mais severa será a multicolinearidade” e junto a ele usualmente encontra-se a estatística de tolerância, “que é o valor inverso de VIF (1/FIV)” (FIELD, 2009. p. 183). Para que não seja configurada a multicolinearidade, a tolerância deve estar acima de 0,100 e o VIF tem de ser menor que 10 para que a regressão possa ser testada.

Tabela V – Teste de multicolinearidade	Estatísticas de multicolinearidade	
	Tolerância	VIF
Eleitor branco/nulo/abstenção	0,103	9,752
É negativo governar sem oposição na Câmara	0,814	1,229
Eleitor de Vanderlei	0,102	9,783
Expectativa positiva para o 2º mandato do prefeito	0,618	1,618
Aprova governo Vanderlei	0,545	1,836
Mulheres	0,920	1,087
60 anos ou mais	0,920	1,087
Preferência PDT	0,779	1,284
Preferência PMDB	0,880	1,136
Preferência PP	0,918	1,089
Preferência PT	0,907	1,102

Variável dependente: desaprova o consenso.

Fonte: elaboração própria.

Conforme a tabela V, que apresenta o VIF e a tolerância, duas variáveis independentes (voto branco/nulo/abstenção e eleitor de Vanderlei) do modelo apresentaram números muito próximos aos limites recomendáveis. Diante dessa situação, uma variável foi excluída, mantendo-se no modelo apenas aquela relativa aos eleitores que votaram em branco, anularam ou se abstiveram no pleito de 2012. As demais variáveis não apresentaram multicolinearidade.

Como há sete variáveis a serem utilizadas, faremos um teste de regressão logística. Conforme Codato, Cervi e Perissinotto (2013, p. 74), “os resultados de uma regressão logística expressam a probabilidade de ocorrência de valores preditos de uma variável dicotômica (sim/não). No nosso caso, os resultados indicam maiores ou menores chances de o eleitor de Gentil desaprovar o consenso na eleição para prefeito.

O modelo proposto apresenta um valor ajustado de Nagelkerke de 0,601, indicando uma relevante capacidade preditiva da variável dependente. Isso quer dizer que a regressão, com as variáveis incluídas, explica 60% da desaprovação dos eleitores de Gentil à candidatura única a prefeito em 2012. A partir da regressão também é possível estabelecer quais variáveis aumentam ou diminuem a chance de rejeitar o consenso empreendido pelas elites partidárias.

Tabela VI – Regressão logística					
Variáveis do modelo	B	Wald	Sig.	Exp(B)	Odds ratio
Branco/nulos/abstenção	2,806	18,585	0,000	16,547	1,554%
Expectativa positiva do próximo governo	-1,917	15,430	0,000	0,147	-85,3%
Aprovação do governo	-0,539	0,949	0,330	0,583	-41,7%
É negativo governar sem oposição	0,456	1,110	0,292	1,577	57,7%
Mulheres	-0,381	0,861	0,353	0,683	-31,7%
Eleitores de 60 anos ou mais	-1,699	8,701	0,003	0,183	-81,7%

Preferência PDT	0,426	0,263	0,608	1,531	53,1%
Preferência PMDB	0,767	1,908	0,167	2,153	115,3%
Preferência PP	2,114	7,868	0,005	8,285	728,5%
Preferência PT	0,833	0,804	0,370	2,299	129,9%

Variável dependente: Desaprovação do consenso para prefeito.

Fonte: Elaboração própria

A variável voto em branco, nulo e abstenção foi aquela que apresentou maior significância estatística dentro do modelo para prever a variável dependente e também possui a maior capacidade explicativa individual, com Wald de 18,585. Santos (1987) denominou a soma dessas três possibilidades de comportamento do eleitor como “índice de alienação eleitoral” e Ramos (2001) de “alheamento decisório eleitoral”. Conforme a Tabela VI, eleitores que no dia da eleição se abstiveram de votar, digitaram a tecla branco na urna eletrônica ou anularam seu sufrágio aumentam em mais de 1.500 vezes a chance de desaprovar o consenso.

Pode-se dizer que eleitores de tipo branco, nulo e abstenção conformam o grupo do eleitorado que mais se opôs à candidatura única, manifestando sua posição indo ou não votar. A literatura, no caso dos votos branco e nulos, tem apontado, por exemplo, para a insatisfação em relação ao funcionamento das instituições políticas como fator explicativo para esse comportamento de não-voto (Borba, 2008). Anular o voto, na expressão de Olavo Brasil de Lima Junior, seria um comportamento “utilizado também por certos setores como um ato consciente de protesto” (apud Costa, 2006, p.164). Em pleitos e candidato único, como há apenas uma alternativa, as preferências distintas dos eleitores acabam por se expressar através do voto branco e nulo. No caso dos absenteístas que responderam ao questionário da pesquisa, 80% desaprovam o consenso. O crescimento da abstenção é um fenômeno e ocorrência típica em municípios gaúchos que experienciaram candidatura única a prefeito, podendo também ser considerada enquanto um comportamento de protesto (Damin, 2012).

Na pesquisa conduzida em Gentil, considerando o grupo de eleitores que disse ter votado em branco, anulado o seu voto ou que se absteve, 36,2% afirmaram que caso tivessem outros candi-

dados além de Vanderlei na disputa teriam votado em algum nome deixando, assim, de votar em branco ou anular o voto. Uma probabilidade grande é assinalada por 24,1% dos cidadãos. Na soma, há 60,3% de chance total ou grande para votar em algum candidato. Note-se, ademais, que apenas 8,6% continuariam votando em branco ou anulando seu voto, mesmo na hipótese de ter mais de um candidato a prefeito – e 10% não responderam.

O que os dados da pesquisa revelam é que a maioria dos eleitores que votaram em branco ou anularam seu sufrágio assim o fizeram em função da falta de competitividade da eleição, um traço fundamental de eleições municipais com candidato único. Uma pequena parte, por outro lado, votou em branco ou nulo em função de um comportamento essencialmente antipolítica. Se boa parte deles considera que a inclusão de mais candidatos poderia tê-los feito votar em algum deles, isso significa que há uma disposição para os eleitores de Gentil votarem em candidatos.

As variáveis de identificação do eleitor com os quatro principais partidos políticos do município exercem influência positiva sobre a desaprovação do consenso. Esse ponto parece ser importante porque o modelo indica que a preferência partidária, ao contrário do que se poderia presumir, prejudica a aprovação do consenso. É como se os eleitores partidários desaprovassem a candidatura única determinada pelos dirigentes partidários, assinalando novamente a natureza top down da decisão. Ressalte-se, no entanto, que há significância estatística apenas entre os eleitores identificados com o PP, que aumentam em quase 729% a chance de desaprovarem o consenso.

Em 2000 o PP elegeu o prefeito do município e nas disputas de 2004 e 2008 o partido integrou a candidatura majoritária vencedora indicando o vice-prefeito. Na eleição de 2012, no entanto, o partido não possuía representante na candidatura única a prefeito. Além disso, na eleição para a Câmara de Vereadores, em que concorreram 12 candidatos para as nove vagas disponíveis, a legenda elegeu apenas um vereador dos três que apresentou – o PMDB e PT, por exemplo, elegeram dois legisladores cada e o PDT, três. O resultado da eleição, portanto, foi quantitativamente negativo para o PP, já que perdeu a vice prefeitura e reduziu em 50% suas cadeiras na Câmara Municipal em relação à eleição anterior. Esse enfraquecimento da posição do partido especialmente na chapa

majoritária acabou por criar resistência ao consenso entre os eleitores do partido.

O modelo também indica uma prevalência do aspecto prospectivo ao retrospectivo em termos de percepção do eleitor. A aprovação do governo do prefeito Vanderlei, por exemplo, não possui significância estatística para explicar a variável dependente. A expectativa sobre o próximo governo do candidato do PMDB, por sua vez, apresenta-se como variável preditora e com significância: o eleitor que possui uma expectativa positiva sobre o novo governo do candidato único diminui em quase 86% a sua chance de desaprovar o consenso. A questão da desaprovação do consenso, portanto, não reside propriamente na avaliação que o eleitor faz do primeiro governo do prefeito, mas sim nas perspectivas sobre o segundo mandato. Um eleitor que possui otimismo em relação à reeleição de Vanderlei, reduz sua desaprovação à candidatura única. Note-se, portanto, que o fenômeno da candidatura única tem muito a ver mais com o futuro do que com o passado, sobretudo porque o eleitor expressa uma incerteza sobre como efetivamente funcionará um governo formado por todos os partidos políticos da cidade.

Eleitores pertencentes à última faixa etária da pesquisa também auxiliam na predição da variável dependente, porém em sentido negativo e com significância estatística. Segundo a regressão, o eleitor de Gentil com 60 anos ou mais diminui quase 83% a chance de desaprovar o consenso. Os idosos, assim, tendem a aprovar em maior medida a candidatura única. Esse resultado alinha-se aos achados de Dalton (2013), de que há diferenças geracionais na participação eleitoral, com maior engajamento político entre os indivíduos que já se apresentam na vida adulta, em oposição aos jovens. O estudo de Silva, Gimenes, Borba e Ribeiro (2014), também encontrou um efeito negativo entre anos de vida do eleitor e voto branco e nulo, expressões de protesto político, com cada ano avançado reduzindo em 1,7% as chances de o eleitor invalidar o seu sufrágio.

Por fim, eleitoras do sexo feminino e eleitores com visão contrária a se governar sem oposição no Legislativo não se mostraram variáveis preditoras em nosso modelo.

Considerações finais

A partir do município gaúcho de Gentil em 2012, o artigo realizou um estudo de caso sobre o fenômeno da candidatura única a prefeito. Através de pesquisa quantitativa conduzida no município, buscou-se analisar a opinião dos eleitores acerca do candidato único a prefeito e encontrar, através de testes estatísticos inferenciais, quais fatores contribuíram para uma maior desaprovação dos moradores em relação ao consenso das elites partidárias.

A trajetória político-partidária do município indicou que no primeiro pleito de sua história, em 1992, ele experienciou uma eleição com único candidato a prefeito. Esse fenômeno foi, no entanto, interrompido nas eleições subsequentes, e retornou apenas em 2012. Nesse ínterim, Gentil conviveu com disputas competitivas para o comando da prefeitura, um predomínio do PMDB e coligações ideologicamente inconsistentes.

No caso de 2012, em que foi reeleito o candidato Vanderlei, a pesquisa identificou que a maior parte dos eleitores desaprovaram a decisão das elites partidárias que impôs uma única coligação à prefeitura e assim agregando todos os partidos do município em torno da candidatura do incumbente.

Os testes estatísticos realizados, e em particular a regressão, indicaram que a opinião de desaprovação do consenso na eleição majoritária pode ser explicada através da atitude dos eleitores em votar em branco, nulo ou de não ter ido votar, sua expectativa não positiva de um novo governo do prefeito Vanderlei, e do fato dos eleitores terem menos de 60 anos e serem simpatizantes do PP. Esses resultados foram apresentados e discutidos ao longo da seção anterior do artigo.

Esperamos que o estudo de caso realizado contribua para a agenda de pesquisas sobre as candidaturas únicas a prefeito no Brasil e que sua publicação desperte maior interesse sobre esse fenômeno tão peculiar e ao mesmo tempo tão desafiador para a ciência política e mesmo o direito eleitoral.

Referências

- BORBA, J. 2008. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. *Revista Debates*, v. 2, p. 134-157.

- CARREIRÃO, Yan de Souza. 2006. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, v. 12, p. 136-163.
- CERVI, Emerson U. Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política. Curitiba: CPOP-UFPR, v. 2, 2019.
- CODATO, Adriano; CERVI, Emerson; PERISSINOTTO, Renato. 2013. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer*, v. 14, n. 2, p. 61-84.
- COSTA, Homero. 2006. Alienação eleitoral no Brasil: uma análise dos votos brancos, nulos e abstenções nas eleições presidenciais (1989-2002). São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DA SILVA, Rafael et al. 2014. Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 23, n. 2.
- DALTON, R. J.. 2013. *The apartisan American: dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage.
- DAMIN, Cláudio Júnior. 2012. O fim da incerteza e a certeza da vitória: eleições majoritárias municipais com candidato único no Rio Grande do sul em 2008. *Pensamento Plural*, n. 11, p. 107-130.
- DAMIN, Cláudio Júnior; REBELLO, Maurício Michel; MARTINS, Leonardo Teixeira. 2015. Driblando a incerteza eleitoral: candidaturas únicas a prefeito no Brasil em 2012. *Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- DOWNS, Anthony. 1999. *Uma Teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp.
- LARA RIBAS, Vinicius de. 2015. O DESEMPENHO DO PARTIDO PROGRESSISTA EM ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL (1996–2012). *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 6, n. 2.
- FIELD, Andy. Descobrimos a estatística usando o SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson. et al. (2015), “Regressão logística em ciência política”. Texto preparado como material complementar do curso de Tópicos Avançados de Metodologia de Pesquisa, ministrado pelo prof. Enivaldo Rocha no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco.
- MACÊDO, Daiana Ferreira de. 2019. Democracia sem disputa: uma análise das eleições de candidatura única para as prefeituras brasileiras (2012 e 2016). Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, dissertação de mestrado.
- MARTINS, Thaís Cavalcante. 2021. Para que servem as eleições municipais? Estratégias políticas na competição local. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. Tese de Doutorado.

- MARTINS, Thaís Cavalcante; KARBAUY, Maria Teresa Miceli. 2020. Partidos, Competição e Competitividade nos municípios paulistas: um estudo das eleições de 2012 e 2016. *Revista de Sociologia, Política e Cidadania*, v. 3, p. 51-82.
- MILOCA, Simone A.; CONEJO, Paulo D. Multicolinearidade em modelos de regressão. *Semana acadêmica da matemática*, v. 22, 2013.
- OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. 2018. Os Sistemas Partidários do Rio Grande do Sul: do Império à Nova República. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 87-132.
- PEIXOTO, Vitor de Moraes; GOULART, Nelson Luis Motta. 2014. Evolução da competição eleitoral municipal no Brasil (1996 a 2012). *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 23, n. 2.
- PRZEWORSKI, A. 1984. Amas a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos*, São Paulo, julho.
- RAMOS, Paola. 2001. Alheamento decisório eleitoral: o significado de votos em branco, votos nulos e abstenções eleitorais para democracias representativas contemporâneas. Brasília. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Universidade de Brasília.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. 1987. Crise e castigo. Rio de Janeiro: Vértice.
- SCHUMPETER, Joseph. 1961. Socialismo, capitalismo e Democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/Capitalismo-socialismo-e-democracia-Joseph-A.-Schumpeter.pdf>. Acesso em: 2/agosto/2015.
- TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. 2005. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. *Revista de Sociologia e Política*, p. 123-148.